



CÓD: SL-093MR-22  
7908433219507

# **TOMBOS**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMBOS**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS – MG**

Agente Combate Endemias e Agente Comunitário Saúde

**EDITAL Nº 01/2022**

## ***Língua Portuguesa***

1. Leitura, compreensão, interpretação, gênero, objetivo e meio de circulação de textos diversos (dentre outros, charges, notícias, tirinhas, cartuns, anúncios, reportagens, contos, fábulas, anúncios, artigos científicos e de opinião...);	01
2. Classes de palavras (flexões, classificações e emprego);	16
3. Acentuação gráfica;	20
4. Pontuação (classificação e emprego);	21
5. Frase (classificações); Períodos simples; Períodos compostos (termos essenciais, termos integrantes e termos acessórios da oração); Períodos compostos por coordenação e subordinação (classificações); Orações reduzidas;	22
6. Uso dos “porquês”.	24
7. Concordância verbal e nominal;	25
8. Regência verbal e nominal;	25
9. Denotação e conotação; Significação das Palavras.	26
10. Figuras de linguagem;	27
11. Vícios de linguagem;	29
12. Funções da Linguagem;	30
13. Novo acordo ortográfico;	31

## ***Conhecimentos Gerais***

1. Política e Economia mundiais. Sociedade (música, literatura, artes, arquitetura, rádio, cinema, teatro, televisão, educação, saúde, esporte, gastronomia...).	01
2. História e Geografia de Tombos.	01
3. Descobertas e inovações científicas e tecnológicas.	05
4. Meio ambiente.	10
5. Lei Orgânica do Município de Tombos.	19

## ***Noções de Saúde Pública***

1. Organização dos serviços de saúde no Brasil – Sistema Único de Saúde: princípios, diretrizes e controle social. Organização da gestão, financiamento e legislação do SUS.	01
2. Saúde complementar.	08
3. Planejamento e programação local de saúde.	08
4. Políticas Nacionais na área da saúde: Política Nacional de Atenção Básica;	23
5. Política Nacional de Saúde Ambiental;	29
6. Política Nacional de Humanização.	30
7. Política Nacional de Promoção da Saúde.	35
8. Epidemiologia e Vigilância epidemiológica; Indicadores de Saúde.	47
9. Sistemas de Informação em Saúde.	53
10. Doenças de Notificação Compulsória.	58
11. Educação em saúde.	67

---

**LEITURA, COMPREENSÃO, INTERPRETAÇÃO, GÊNERO, OBJETIVO E MEIO DE CIRCULAÇÃO DE TEXTOS DIVERSOS (DENTRE OUTROS, CHARGES, NOTÍCIAS, TIRINHAS, CARTUNS, ANÚNCIOS, REPORTAGENS, CONTOS, FÁBULAS, ANÚNCIOS, ARTIGOS CIENTÍFICOS E DE OPINIÃO...)**

### Compreensão e interpretação de textos

Chegamos, agora, em um ponto muito importante para todo o seu estudo: a interpretação de textos. Desenvolver essa habilidade é essencial e pode ser um diferencial para a realização de uma boa prova de qualquer área do conhecimento.

Mas você sabe a diferença entre compreensão e interpretação?

A **compreensão** é quando você entende o que o texto diz de forma explícita, aquilo que está na superfície do texto.

Quando Jorge fumava, ele era infeliz.

Por meio dessa frase, podemos entender que houve um tempo que Jorge era infeliz, devido ao cigarro.

A **interpretação** é quando você entende o que está implícito, nas entrelinhas, aquilo que está de modo mais profundo no texto ou que faça com que você realize inferências.

Quando Jorge fumava, ele era infeliz.

Já compreendemos que Jorge era infeliz quando fumava, mas podemos interpretar que Jorge parou de fumar e que agora é feliz.

Percebeu a diferença?

### Tipos de Linguagem

Existem três tipos de linguagem que precisamos saber para que facilite a interpretação de textos.

• **Linguagem Verbal** é aquela que utiliza somente palavras. Ela pode ser escrita ou oral.



• **Linguagem não-verbal** é aquela que utiliza somente imagens, fotos, gestos... não há presença de nenhuma palavra.



• **Linguagem Mista (ou híbrida)** é aquele que utiliza tanto as palavras quanto as imagens. Ou seja, é a junção da linguagem verbal com a não-verbal.



**PROIBIDO FUMAR**

Além de saber desses conceitos, é importante sabermos identificar quando um texto é baseado em outro. O nome que damos a este processo é intertextualidade.

### Interpretação de Texto

Interpretar um texto quer dizer dar sentido, inferir, chegar a uma conclusão do que se lê. A interpretação é muito ligada ao subentendido. Sendo assim, ela trabalha com o que se pode deduzir de um texto.

A interpretação implica a mobilização dos conhecimentos prévios que cada pessoa possui antes da leitura de um determinado texto, pressupõe que a aquisição do novo conteúdo lido estabeleça uma relação com a informação já possuída, o que leva ao crescimento do conhecimento do leitor, e espera que haja uma apreciação pessoal e crítica sobre a análise do novo conteúdo lido, afetando de alguma forma o leitor.

Sendo assim, podemos dizer que existem diferentes tipos de leitura: uma leitura prévia, uma leitura seletiva, uma leitura analítica e, por fim, uma leitura interpretativa.

É muito importante que você:

- Assista os mais diferenciados jornais sobre a sua cidade, estado, país e mundo;
- Se possível, procure por jornais escritos para saber de notícias (e também da estrutura das palavras para dar opiniões);
- Leia livros sobre diversos temas para sugar informações ortográficas, gramaticais e interpretativas;
- Procure estar sempre informado sobre os assuntos mais polêmicos;
- Procure debater ou conversar com diversas pessoas sobre qualquer tema para presenciar opiniões diversas das suas.

### Dicas para interpretar um texto:

– Leia lentamente o texto todo.

No primeiro contato com o texto, o mais importante é tentar compreender o sentido global do texto e identificar o seu objetivo.

– Releia o texto quantas vezes forem necessárias.

Assim, será mais fácil identificar as ideias principais de cada parágrafo e compreender o desenvolvimento do texto.

– Sublinhe as ideias mais importantes.

Sublinhar apenas quando já se tiver uma boa noção da ideia principal e das ideias secundárias do texto.

– Separe fatos de opiniões.

O leitor precisa separar o que é um fato (verdadeiro, objetivo e comprovável) do que é uma opinião (pessoal, tendenciosa e mutável).

– Retorne ao texto sempre que necessário.

Além disso, é importante entender com cuidado e atenção os enunciados das questões.

– Reescreva o conteúdo lido.

Para uma melhor compreensão, podem ser feitos resumos, tópicos ou esquemas.

Além dessas dicas importantes, você também pode grifar palavras novas, e procurar seu significado para aumentar seu vocabulário, fazer atividades como caça-palavras, ou cruzadinhas são uma distração, mas também um aprendizado.

Não se esqueça, além da prática da leitura aprimorar a compreensão do texto e ajudar a aprovação, ela também estimula nossa imaginação, distrai, relaxa, informa, educa, atualiza, melhora nosso foco, cria perspectivas, nos torna reflexivos, pensantes, além de melhorar nossa habilidade de fala, de escrita e de memória.

Um texto para ser compreendido deve apresentar ideias seladas e organizadas, através dos parágrafos que é composto pela ideia central, argumentação e/ou desenvolvimento e a conclusão do texto.

O primeiro objetivo de uma interpretação de um texto é a identificação de sua ideia principal. A partir daí, localizam-se as ideias secundárias, ou fundamentações, as argumentações, ou explicações, que levem ao esclarecimento das questões apresentadas na prova.

Compreendido tudo isso, interpretar significa extrair um significado. Ou seja, a ideia está lá, às vezes escondida, e por isso o candidato só precisa entendê-la – e não a complementar com algum valor individual. Portanto, apegue-se tão somente ao texto, e nunca extrapole a visão dele.

### IDENTIFICANDO O TEMA DE UM TEXTO

O tema é a ideia principal do texto. É com base nessa ideia principal que o texto será desenvolvido. Para que você consiga identificar o tema de um texto, é necessário relacionar as diferentes informações de forma a construir o seu sentido global, ou seja, você precisa relacionar as múltiplas partes que compõem um todo significativo, que é o texto.

Em muitas situações, por exemplo, você foi estimulado a ler um texto por sentir-se atraído pela temática resumida no título. Pois o título cumpre uma função importante: antecipar informações sobre o assunto que será tratado no texto.

Em outras situações, você pode ter abandonado a leitura porque achou o título pouco atraente ou, ao contrário, sentiu-se atraído pelo título de um livro ou de um filme, por exemplo. É muito comum as pessoas se interessarem por temáticas diferentes, dependendo do sexo, da idade, escolaridade, profissão, preferências pessoais e experiência de mundo, entre outros fatores.

Mas, sobre que tema você gosta de ler? Esportes, namoro, sexualidade, tecnologia, ciências, jogos, novelas, moda, cuidados com o corpo? Perceba, portanto, que as temáticas são praticamente infinitas e saber reconhecer o tema de um texto é condição essencial para se tornar um leitor hábil. Vamos, então, começar nossos estudos?

Propomos, inicialmente, que você acompanhe um exercício bem simples, que, intuitivamente, todo leitor faz ao ler um texto: reconhecer o seu tema. Vamos ler o texto a seguir?

### CACHORROS

Os zoólogos acreditam que o cachorro se originou de uma espécie de lobo que vivia na Ásia. Depois os cães se juntaram aos seres humanos e se espalharam por quase todo o mundo. Essa amizade começou há uns 12 mil anos, no tempo em que as pessoas precisavam caçar para se alimentar. Os cachorros perceberam que, se não atacassem os humanos, podiam ficar perto deles e comer a comida que sobrava. Já os homens descobriram que os cachorros podiam ajudar a caçar, a cuidar de rebanhos e a tomar conta da casa, além de serem ótimos companheiros. Um colaborava com o outro e a parceria deu certo.

Ao ler apenas o título “Cachorros”, você deduziu sobre o possível assunto abordado no texto. Embora você imagine que o texto vai falar sobre cães, você ainda não sabia exatamente o que ele falaria sobre cães. Repare que temos várias informações ao longo do texto: a hipótese dos zoólogos sobre a origem dos cães, a associação entre eles e os seres humanos, a disseminação dos cães pelo mundo, as vantagens da convivência entre cães e homens.

As informações que se relacionam com o tema chamamos de subtemas (ou ideias secundárias). Essas informações se integram, ou seja, todas elas caminham no sentido de estabelecer uma unidade de sentido. Portanto, pense: sobre o que exatamente esse texto fala? Qual seu assunto, qual seu tema? Certamente você chegou à conclusão de que o texto fala sobre a relação entre homens e cães. Se foi isso que você pensou, parabéns! Isso significa que você foi capaz de identificar o tema do texto!

Fonte: <https://portuguesrapido.com/tema-ideia-central-e-ideias-secundarias/>

### IDENTIFICAÇÃO DE EFEITOS DE IRONIA OU HUMOR EM TEXTOS VARIADOS

#### Ironia

Ironia é o recurso pelo qual o emissor diz o contrário do que está pensando ou sentindo (ou por pudor em relação a si próprio ou com intenção depreciativa e sarcástica em relação a outrem).

A ironia consiste na utilização de determinada palavra ou expressão que, em um outro contexto diferente do usual, ganha um novo sentido, gerando um efeito de humor.

Exemplo:





Na construção de um texto, ela pode aparecer em três modos: ironia verbal, ironia de situação e ironia dramática (ou satírica).

#### Ironia verbal

Ocorre quando se diz algo pretendendo expressar outro significado, normalmente oposto ao sentido literal. A expressão e a intenção são diferentes.

Exemplo: Você foi tão bem na prova! Tirou um zero incrível!

#### Ironia de situação

A intenção e resultado da ação não estão alinhados, ou seja, o resultado é contrário ao que se espera ou que se planeja.

Exemplo: Quando num texto literário uma personagem planeja uma ação, mas os resultados não saem como o esperado. No livro "Memórias Póstumas de Brás Cubas", de Machado de Assis, a personagem título tem obsessão por ficar conhecida. Ao longo da vida, tenta de muitas maneiras alcançar a notoriedade sem sucesso. Após a morte, a personagem se torna conhecida. A ironia é que planejou ficar famoso antes de morrer e se tornou famoso após a morte.

#### Ironia dramática (ou satírica)

A ironia dramática é um efeito de sentido que ocorre nos textos literários quando o leitor, a audiência, tem mais informações do que tem um personagem sobre os eventos da narrativa e sobre intenções de outros personagens. É um recurso usado para aprofundar os significados ocultos em diálogos e ações e que, quando captado pelo leitor, gera um clima de suspense, tragédia ou mesmo comédia, visto que um personagem é posto em situações que geram conflitos e mal-entendidos porque ele mesmo não tem ciência do todo da narrativa.

Exemplo: Em livros com narrador onisciente, que sabe tudo o que se passa na história com todas as personagens, é mais fácil aparecer esse tipo de ironia. A peça como Romeu e Julieta, por exemplo, se inicia com a fala que relata que os protagonistas da história irão morrer em decorrência do seu amor. As personagens agem ao longo da peça esperando conseguir atingir seus objetivos, mas a plateia já sabe que eles não serão bem-sucedidos.

#### **Humor**

Nesse caso, é muito comum a utilização de situações que pareçam cômicas ou surpreendentes para provocar o efeito de humor.

Situações cômicas ou potencialmente humorísticas compartilham da característica do efeito surpresa. O humor reside em ocorrer algo fora do esperado numa situação.

Há diversas situações em que o humor pode aparecer. Há as tirinhas e charges, que aliam texto e imagem para criar efeito cômico; há anedotas ou pequenos contos; e há as crônicas, frequentemente acessadas como forma de gerar o riso.

Os textos com finalidade humorística podem ser divididos em quatro categorias: anedotas, cartuns, tiras e charges.

Exemplo:



#### **ANÁLISE E A INTERPRETAÇÃO DO TEXTO SEGUNDO O GÊNERO EM QUE SE INSCREVE**

Compreender um texto trata da análise e decodificação do que de fato está escrito, seja das frases ou das ideias presentes. Interpretar um texto, está ligado às conclusões que se pode chegar ao conectar as ideias do texto com a realidade. Interpretação trabalha com a subjetividade, com o que se entendeu sobre o texto.

Interpretar um texto permite a compreensão de todo e qualquer texto ou discurso e se amplia no entendimento da sua ideia principal. Compreender relações semânticas é uma competência imprescindível no mercado de trabalho e nos estudos.

Quando não se sabe interpretar corretamente um texto pode-se criar vários problemas, afetando não só o desenvolvimento profissional, mas também o desenvolvimento pessoal.

#### **Busca de sentidos**

Para a busca de sentidos do texto, pode-se retirar do mesmo os **tópicos frasais** presentes em cada parágrafo. Isso auxiliará na apreensão do conteúdo exposto.

Isso porque é ali que se fazem necessários, estabelecem uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Por fim, concentre-se nas ideias que realmente foram explicitadas pelo autor. Textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Deve-se ater às ideias do autor, o que não quer dizer que o leitor precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não sejam criadas suposições vagas e inespecíficas.

#### **Importância da interpretação**

A prática da leitura, seja por prazer, para estudar ou para se informar, aprimora o vocabulário e dinamiza o raciocínio e a interpretação. A leitura, além de favorecer o aprendizado de conteúdos específicos, aprimora a escrita.

**POLÍTICA E ECONOMIA MUNDIAIS. SOCIEDADE (MÚSICA, LITERATURA, ARTES, ARQUITETURA, RÁDIO, CINEMA, TEATRO, TELEVISÃO, EDUCAÇÃO, SAÚDE, ESPORTE, GASTRONOMIA...)**

**A importância do estudo de atualidades**

Dentre todas as disciplinas com as quais concurseiros e estudantes de todo o país se preocupam, a de atualidades tem se tornado cada vez mais relevante. Quando pensamos em matemática, língua portuguesa, biologia, entre outras disciplinas, inevitavelmente as colocamos em um patamar mais elevado que outras que nos parecem menos importantes, pois de algum modo nos é ensinado a hierarquizar a relevância de certos conhecimentos desde os tempos de escola.

No, entanto, atualidades é o único tema que insere o indivíduo no estudo do momento presente, seus acontecimentos, eventos e transformações. O conhecimento do mundo em que se vive de modo algum deve ser visto como irrelevante no estudo para concursos, pois permite que o indivíduo vá além do conhecimento técnico e explore novas perspectivas quanto à conhecimento de mundo.

Em sua grande maioria, as questões de atualidades em concursos são sobre fatos e acontecimentos de interesse público, mas podem também apresentar conhecimentos específicos do meio político, social ou econômico, sejam eles sobre música, arte, política, economia, figuras públicas, leis etc. Seja qual for a área, as questões de atualidades auxiliam as bancas a peneirarem os candidatos e selecionarem os melhores preparados não apenas de modo técnico.

Sendo assim, estudar atualidades é o ato de se manter constantemente informado. Os temas de atualidades em concursos são sempre relevantes. É certo que nem todas as notícias que você vê na televisão ou ouve no rádio aparecem nas questões, manter-se informado, porém, sobre as principais notícias de relevância nacional e internacional em pauta é o caminho, pois são debates de extrema recorrência na mídia.

O grande desafio, nos tempos atuais, é separar o joio do trigo. Com o grande fluxo de informações que recebemos diariamente, é preciso filtrar com sabedoria o que de fato se está consumindo. Por diversas vezes, os meios de comunicação (TV, internet, rádio etc.) adaptam o formato jornalístico ou informativo para transmitir outros tipos de informação, como fofocas, vidas de celebridades, futebol, acontecimentos de novelas, que não devem de modo algum serem inseridos como parte do estudo de atualidades. Os interesses pessoais em assuntos deste cunho não são condenáveis de modo algum, mas são triviais quanto ao estudo.

Ainda assim, mesmo que tentemos nos manter atualizados através de revistas e telejornais, o fluxo interminável e ininterrupto de informações veiculados impede que saibamos de fato como estudar. Apostilas e livros de concursos impressos também se tornam rapidamente desatualizados e obsoletos, pois atualidades é uma disciplina que se renova a cada instante.

O mundo da informação está cada vez mais virtual e tecnológico, as sociedades se informam pela internet e as compartilham em velocidades incalculáveis. Pensando nisso, a editora prepara mensalmente o material de atualidades de mais diversos campos do conhecimento (tecnologia, Brasil, política, ética, meio ambiente, jurisdição etc.) em nosso site.

Lá, o concurseiro encontrará um material completo com ilustrações e imagens, notícias de fontes verificadas e confiáveis, exercícios para retenção do conteúdo aprendido, tudo preparado com muito carinho para seu melhor aproveitamento. Com o material disponibilizado online, você poderá conferir e checar os fatos e fontes de imediato através dos veículos de comunicação virtuais, tornando a ponte entre o estudo desta disciplina tão fluida e a veracidade das informações um caminho certo.

Acesse: <https://www.editorasolucaocom.br/retificacoes>  
Bons estudos!

**HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE TOMBOS**

**História da Cidade**

A cidade nasceu no século passado, quando o abastado Coronel Maximiano José Pereira de Souza, foi o primeiro conhecedor do lugar, cujo panorama era composto por um rio a deslizar entre montanhas e matas virgens, recebendo um afluente à sua margem direita, o Coronel com seus familiares escravos e amigos, fixaram-se neste local, dando início ao pequeno povoado. As terras existentes eram habitadas por tribos de índios nativos. O coronel Maximiano se deparou com três cachoeiras que, em seqüência formavam uma única e mesma vista e as denominou de tombos. (hoje devido a um deslocamento da rocha, podemos ver que o terceiro tombo se dividiu em dois, formando, então, quatro quedas em um mesmo conjunto).

Mais tarde outros povos oriundos de diversas localidades colonizaram o município implantando aqui suas culturas: Espanhóis, Portugueses, Alemães e Italianos, despertando também interesses de colonos europeus, que alojados em terras próximas, já ouviam notícias da fertilidade das terras e da grande extensão das matas. Migraram também, algumas famílias sírias que se estabeleceram comercial e industrialmente.

Encantados com o lugar montanhoso e de clima muito agradável, o desbravador tomou posse de tantas terras quantas sua vista podia alcançar e assim, bem perto daqueles tombos, nasceu o pequeno e primitivo lugarejo, desde o início, outro nome não poderia ter senão o mesmo de Tombos.

Em 1849, o Coronel Maximiano fez doação de uma gleba de terra para o patrimônio de Nossa Senhora da Conceição, onde a 500 metros dos tombos, construiu a capela original em homenagem à Santa, no mesmo lugar onde se elevou a Matriz, com a implantação da Paróquia em honra a Nossa Senhora da Conceição. Naquela época, o povoado recebeu o nome de Nossa Senhora da Conceição de Tombos.

Em 21 de maio de 1852, a Lei provincial nº 605 criou a freguesia de Nossa Senhora da Conceição dos tombos, no termo de Carangola.

Em 12 de novembro de 1878, pela Lei nº 2500, foi o território na categoria de distrito incorporando ao município de Carangola, com o nome Tombos do Carangola, que assim permaneceu até a criação do município.

Com o advento do trem de ferro, planejou-se a extensão dos trilhos da Leopoldina até a sede do novo Município, vindo desta maneira ativar o progresso da nova cidade; em 08 de dezembro de 1886 foi inaugurada a estação ferroviária com a denominação de Tombos do Carangola.

Com a emancipação política, através da Lei nº 843, de 07 de setembro de 1923, Tombos tornou-se município, passando a denominar-se simplesmente “Tombos”. Em 27 de janeiro de 1924, o município teve a sua emancipação publicada e oficializada, graças ao grande esforço do Coronel Manoel Martins Quintão, primeiro Prefeito do Município, que na ocasião ocupava o cargo de Presidente da Câmara Municipal, com atribuições de Prefeito, político de grande prestígio e influente, pessoa altamente ponderada. Durante a administração do Prefeito Cel. Manoel Martins Quintão podemos destacar: Abertura e construção de Estradas, e de ruas, inclusive as ruas localizadas no bairro Niterói: Manoel Araújo Bravo, Fábio Vasconcelos e Olímpio Quintão. O grande marco da sua administração foi a construção da ponte que liga o centro ao bairro Niterói (na época a ponte construída em madeira, ao lado da ponte atual). Foi também o Cel. Manoel Martins Quintão o responsável pela criação do primeiro time de futebol, com o nome de Tombense Futebol Clube, fundado em 1914.

Em 1938, foi criado o distrito de São José de Pedra Dourada que em 1962, se emancipou juridicamente por força da Lei nº 2.764, de 30 de dezembro de 1962. Tombos é sede de comarca de primeira instância, estando sob sua jurisdição o Município de Pedra Dourada.

Localizado na Zona da Mata do Estado de Minas Gerais, com uma altitude de 278m e um clima com classificação tropical, o município conta com uma população de aproximadamente 12000 habitantes que residem na sede e nos dois distritos: Catuné criado pelo Decreto – Lei nº 1.058, de 31/12/1948; Água Santa de Minas, que foi criado pela Lei Municipal 1.085, de 25/03/94.

A área do Município está em torno de 284 m<sup>2</sup>; a economia está alicerçada na agricultura, com a produção de café, milho, arroz, feijão e outros cereais básicos, que são usados tanto para o consumo interno, como para a exportação a municípios vizinhos. Outro grande destaque é a pecuária, com o gado de corte, recria e leite e, ainda, suínos de corte. Destacam-se também o artesanato e pequenas indústrias.

A produção mineral se concentra na extração de Feidspato, Caolim e Mica.

O Rio Carangola, é localizado na bacia hidrográfica do Paraíba do Sul, este rio divide a cidade em duas partes, em seu percurso pelo município recebe direta ou indiretamente, os afluentes São João, Batatal, Santa Bárbara, Capim, Serra Queimada, Vinhático, Santa Clara, Santa Rita e Jacutinga, proporcionando o lazer da pesca com abundantes resultados.

O Município limita-se com Pedra Dourada, Faria Lemos, Eugénópolis, Antônio Prado de Minas e Porciúncula.

Tombos é um município brasileiro do estado de Minas Gerais e localizado na Zona da Mata Mineira, a 5 km da divisa com o estado do Rio de Janeiro.

Sua população estimada em 2010 era de 9.542 habitantes, enquanto em 2000, era de 11.652, segundo o Censo. O município subdivide-se nos distritos de Tombos (sede), Catuné e Água Santa de Minas. Com 62 metros de altura, a Cachoeira de Tombos é a maior da Zona da Mata, e dá o nome a esta cidade. Área da unidade territorial é de 283 km<sup>2</sup>.

Logo abaixo, segue alguns fatos e curiosidades sobre nosso município:

#### **Cachoeira de Tombos**

Verdadeira obra da natureza, formada pelo Rio Carangola, localizada a 500 m da Matriz, constitui-se no cartão postal da cidade, pela sua imensurável beleza.

#### **Cachoeira Emílio Soares**

Formada pelo Rio São João, está localizada na Fazenda da Cachoeira. A água que abastece a cidade é captada abaixo de sua queda, trata-se de água de boa qualidade para o consumo.

#### **Cachoeira e Balneário do Grilo**

Local de rara beleza localizado próximo ao centro da cidade, formado pelo Rio São João, local de lazer e turismo.

#### **Pedra Santa**

Trata-se de uma gruta, localizada no distrito de Catuné, uma obra construída pela própria natureza. Ao longo do tempo a grande pedra foi desintegrando-se e formou-se um grande salão, onde ergueu-se a capela em Honra a Nossa Senhora de Lourdes. Anualmente no local, realiza-se uma grande festa religiosa em louvor a Santa, esta festa atrairomeiros de todo país. A festa da Pedra Santa, é realizada na 2ª quinzena de julho, mas o local é visitado frequentemente pelas pessoas interessadas em conhecer o fenômeno da desintegração da Pedra que vem se deslocando através dos tempos sem que ninguém perceba, pois segundo visitantes e moradores das proximidades nunca ninguém conseguiu ver uma pedra cair ou desintegrar-se da grande rocha.

#### **Rios**

A cidade é cortada pelo rio Carangola, que nasce no alto do município de Divino, é mais volumoso. O Rio São João, que nasce no alto do Município de Pedra Dourada, fornece água para o abastecimento da cidade, deságua no Rio Carangola, dentro da cidade de Tombos. Além destes dois rios o município conta com dezenas de córregos que representam um grande manancial de águas que banham permanentemente o território. A água que abastece a cidade e capitada abaixo da cachoeira do Rio São João, na Fazenda da Cachoeira com uma distância de 6 km. A captação é feita através de adutora com partes de manilha e partes de tubo de 6” PVC de alta pressão. A água sofre um tratamento após passar por um processo de decantação filtragem lenta. O tratamento é a base de sulfato de alumínio e clorocal para eliminar as bactérias.

#### **Praças**

Praça Coronel Maximiano (ao lado da Matriz), naturalmente esta Praça recebeu este nome devido ao Coronel fundador da cidade, que na metade do século passado fixou-se definitivamente próximo da cachoeira, dando início ao desmembramento de terras e doando a Nossa Senhora da Conceição uma gleba de terra para que mais tarde fosse edificado a construção do seu templo.

Praça 27 de janeiro (ao lado do Campo Tombense) recebeu este nome por ocasião da grande festa de emancipação – política, ocorrido em 27 de janeiro de 1924, acontecimento que marcou a atuação política do Coronel Manoel Martins Quintão, responsável pela emancipação de Tombos.

Praça São Sebastião, nome recebido em honra do Santo Padroeiro do bairro, por ocasião da construção da capela a praça foi oficialmente batizada com esta denominação.

Praça Léviro Pieruccetti, anteriormente esta praça era conhecida como praça da bandeira, logo após o Governo do Prefeito Léviro de Oliveira Pieruccetti, a mesma recebeu o nome de Praça Léviro Pieruccetti, em homenagem ao grande prefeito que governou a cidade no período de 1959/1962.

Praça Coronel Quintão, praça da Prefeitura, nome que ficou consagrado por se tratar da praça principal, praça da sede do Poder Executivo Municipal.

Praça D. Theodora, localizada próxima a Igreja Nossa Senhora das Dores, nome atribuído a proprietária das terras localizadas no bairro Niterói, onde a mesma fez doação à Santa.

#### **Arquivo Geográfico e Museu Municipal da Cidade**

Criado pela Lei Municipal nº 1.146, de 27 de dezembro de 1995, o Museu está localizado no prédio da antiga Estação Ferroviária da Leopoldina, o local abriga o acervo Histórico, Geográfico e Cultural, sendo também tombado pelo Patrimônio Histórico, através da Lei Municipal nº 865, de 03 de fevereiro de 1987.

#### **Usina Hidrelétrica de Tombos – UHE**

Localizada perto da Cachoeira formada pelo Rio Carangola, no terreno comprado de Anna Maria Pires, no município de Tombos. A cachoeira mede aproximadamente 62 metros de altura.

O alemão Adolfo Leewdell foi o engenheiro encarregado de construir a Usina e, segundo relatos, morreram 2 ou 3 pessoas durante a construção. O maquinário (turbina, geradores etc.) veio da Alemanha. Foi construída entre 1910 e 1914 com o objetivo de fornecer energia elétrica para o Noroeste Fluminense, Tombos e Carangola e, no início, era particular pertencendo ao empresário Vivaldi Leite Ribeiro. Alguns anos depois a usina foi vendida para a Comissão Central de Macabu. Em 1948 foi vendida para EFE (Empresa Fluminense de Energia Elétrica). Depois passou para várias empresas como CELF (Companhia de Energia Elétrica Fluminense), CBEE (Companhia Brasileira de Energia), CERJ (Companhia de Eletricidade do Estado do Rio de Janeiro). Quando a CEMIG encampou o fornecimento de energia elétrica de Tombos e Carangola, a usina só forneceu energia para o estado do Rio de Janeiro.

Esta gestão completou, recentemente, cerca de uma década e meia, de vez que a criação da CERJ, com a incorporação de um parque gerador de nove usinas hidrelétricas.

Uma tomada d'água, localizada na ombreira direta dessa barragem, capta as águas e as conduz por um canal com cerca de 180 m até uma câmara de carga, onde uma tubulação de 185 m completa o trabalho de adução dessas águas até as turbinas da Casa de Máquinas, que dispõe de 550 m<sup>2</sup> de área construída. Dois tubo geradores, com turbinas Francis de eixo horizontal e potência nominal de 1,44 mw por unidade, são abrigados na usina.

Em 1970, com a transferência da ciclagem de 50 para 60 ciclos, o governo desativou as usinas de pequeno porte, inclusive a de Tombos. Com o passar do tempo, a energia ficou escassa no país e, com isso, o Governo resolveu reativar todas essas usinas de pequeno porte, transformando-as para 60 ciclos. Em 1980, a usina de Tombos foi reativada, perdendo 30% de seu potencial ficando, atualmente, com 1260 KVA cada um de seus geradores.

Com o governo atual de Fernando Henrique Cardoso, a usina foi privatizada, pertencendo ao grupo espanhol ENDESA, com o nome de CERJ S/A .

A usina hidrelétrica de Tombos é interligada com Furnas e outras usinas da CERJ (Franco Amaral, Macabu, Chave do Vaz, Euclidesrândia, Alberto Torres, Piabanha) todas do estado do Rio.

Existe um projeto de ampliação da usina, com a instalação de mais 2 geradores de 6000 megawatts e a construção de uma subestação de 69000 watts horas.

#### **Distrito de Catuné**

O distrito de Catuné, foi criado pelo Decreto-Lei Estadual nº 1.058, de 31 de dezembro de 1943.

O povoado foi conhecido anteriormente por Mata dos Crioulos, mais tarde recebendo o nome de Laginha.

O Topônimo “Catuné” é de origem indígena, apelido que os índios da época deram ao Padre Antônio Gonçalves Nunes. Na língua indígena “Catuné” significa pessoa falante, que faz discursos e pregações, como o padre fazia sermões, era evangelizador e, um líder, os índios daquele local passaram a chama-lo de Catuné.

Na década de 40 os habitantes nativos, índios e imigrantes que vieram de diversas localidades batizaram o local com o nome próprio de “Catuné”, devido as pregações do Padre Antônio.

No dia 09 de fevereiro de 1884, o Padre Antônio Gonçalves Nunes faleceu, após o seu sepultamento a comunidade se reuniu para prestar a última homenagem ao grande pregador da época; denominando oficialmente aquele local com o nome de “Catuné”.

Na divisão territorial do Estado em 1943, o Município de Tombos foi aquinhado com uma faixa territorial quando recebeu do Estado do Rio de Janeiro uma vasta área de terra conhecida como: Perdição, Fazenda do Banco e Alto Pinhotiba, devendo ser considerado que toda área recebida está localizada no distrito de “Catuné”.

Com a criação do Distrito em 1943, foi igualmente criado o Cartório de Registro Civil, o distrito de “Catuné” está situado na parte mais alta do Município com altitude de 600m, divisa com o município de Eugénópolis, onde a cultura predominante destaca-se a produção e o plantio de café, esta atividade agrícola tem sido a principal desde a formação do núcleo populacional.

O distrito de “Catuné” foi se desenvolvendo graças as famílias que se fixaram no local dando início a colonização e desenvolvimento.

#### **Distrito de Água Santa de Minas**

O topônimo de “Água Santa”, tem origem no rochedo próximo da vila, onde nasce uma água cristalina, daí o nome batizado que perdura desde os tempos mais remotos de sua existência.

**ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE NO BRASIL  
– SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: PRINCÍPIOS, DIRETRIZES  
E CONTROLE SOCIAL. ORGANIZAÇÃO DA GESTÃO, FI-  
NANCIAMENTO E LEGISLAÇÃO DO SUS**

**O que é o Sistema Único de Saúde (SUS)?**

O Sistema Único de Saúde (SUS) é um dos maiores e mais complexos sistemas de saúde pública do mundo, abrangendo desde o simples atendimento para avaliação da pressão arterial, por meio da Atenção Primária, até o transplante de órgãos, garantindo acesso integral, universal e gratuito para toda a população do país. Com a sua criação, o SUS proporcionou o acesso universal ao sistema público de saúde, sem discriminação. A atenção integral à saúde, e não somente aos cuidados assistenciais, passou a ser um direito de todos os brasileiros, desde a gestação e por toda a vida, com foco na saúde com qualidade de vida, visando a prevenção e a promoção da saúde.

A gestão das ações e dos serviços de saúde deve ser solidária e participativa entre os três entes da Federação: a União, os Estados e os municípios. A rede que compõe o SUS é ampla e abrange tanto ações quanto os serviços de saúde. Engloba a atenção primária, média e alta complexidades, os serviços urgência e emergência, a atenção hospitalar, as ações e serviços das vigilâncias epidemiológica, sanitária e ambiental e assistência farmacêutica.

AVANÇO: Conforme a Constituição Federal de 1988 (CF-88), a “Saúde é direito de todos e dever do Estado”. No período anterior a CF-88, o sistema público de saúde prestava assistência apenas aos trabalhadores vinculados à Previdência Social, aproximadamente 30 milhões de pessoas com acesso aos serviços hospitalares, cabendo o atendimento aos demais cidadãos às entidades filantrópicas.

**Estrutura do Sistema Único de Saúde (SUS)**

O Sistema Único de Saúde (SUS) é composto pelo Ministério da Saúde, Estados e Municípios, conforme determina a Constituição Federal. Cada ente tem suas co-responsabilidades.

**Ministério da Saúde**

Gestor nacional do SUS, formula, normatiza, fiscaliza, monitora e avalia políticas e ações, em articulação com o Conselho Nacional de Saúde. Atua no âmbito da Comissão Intergestores Tripartite (CIT) para pactuar o Plano Nacional de Saúde. Integram sua estrutura: Fiocruz, Funasa, Anvisa, ANS, Hemobrás, Inca, Inco e oito hospitais federais.

**Secretaria Estadual de Saúde (SES)**

Participa da formulação das políticas e ações de saúde, presta apoio aos municípios em articulação com o conselho estadual e participa da Comissão Intergestores Bipartite (CIB) para aprovar e implementar o plano estadual de saúde.

**Secretaria Municipal de Saúde (SMS)**

Planeja, organiza, controla, avalia e executa as ações e serviços de saúde em articulação com o conselho municipal e a esfera estadual para aprovar e implantar o plano municipal de saúde.

**Conselhos de Saúde**

O Conselho de Saúde, no âmbito de atuação (Nacional, Estadual ou Municipal), em caráter permanente e deliberativo, órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, atua na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde na instância correspondente, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder legalmente constituído em cada esfera do governo.

Cabe a cada Conselho de Saúde definir o número de membros, que obedecerá a seguinte composição: 50% de entidades e movimentos representativos de usuários; 25% de entidades representativas dos trabalhadores da área de saúde e 25% de representação de governo e prestadores de serviços privados conveniados, ou sem fins lucrativos.

**Comissão Intergestores Tripartite (CIT)**

Foro de negociação e pactuação entre gestores federal, estadual e municipal, quanto aos aspectos operacionais do SUS

**Comissão Intergestores Bipartite (CIB)**

Foro de negociação e pactuação entre gestores estadual e municipais, quanto aos aspectos operacionais do SUS

**Conselho Nacional de Secretário da Saúde (Conass)**

Entidade representativa dos entes estaduais e do Distrito Federal na CIT para tratar de matérias referentes à saúde

**Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems)**

Entidade representativa dos entes municipais na CIT para tratar de matérias referentes à saúde

**Conselhos de Secretarias Municipais de Saúde (Cosems)**

São reconhecidos como entidades que representam os entes municipais, no âmbito estadual, para tratar de matérias referentes à saúde, desde que vinculados institucionalmente ao Conasems, na forma que dispuserem seus estatutos.

**Responsabilidades dos entes que compõem o SUS**

**União**

A gestão federal da saúde é realizada por meio do Ministério da Saúde. O governo federal é o principal financiador da rede pública de saúde. Historicamente, o Ministério da Saúde aplica metade de todos os recursos gastos no país em saúde pública em todo o Brasil, e estados e municípios, em geral, contribuem com a outra metade dos recursos. O Ministério da Saúde formula políticas nacionais de saúde, mas não realiza as ações. Para a realização dos projetos, depende de seus parceiros (estados, municípios, ONGs, fundações, empresas, etc.). Também tem a função de planejar, elaborar normas, avaliar e utilizar instrumentos para o controle do SUS.

**Estados e Distrito Federal**

Os estados possuem secretarias específicas para a gestão de saúde. O gestor estadual deve aplicar recursos próprios, inclusive nos municípios, e os repassados pela União. Além de ser um dos parceiros para a aplicação de políticas nacionais de saúde, o estado formula suas próprias políticas de saúde. Ele coordena e planeja o SUS em nível estadual, respeitando a normatização federal. Os gestores estaduais são responsáveis pela organização do atendimento à saúde em seu território.

### Municípios

São responsáveis pela execução das ações e serviços de saúde no âmbito do seu território. O gestor municipal deve aplicar recursos próprios e os repassados pela União e pelo estado. O município formula suas próprias políticas de saúde e também é um dos parceiros para a aplicação de políticas nacionais e estaduais de saúde. Ele coordena e planeja o SUS em nível municipal, respeitando a normatização federal. Pode estabelecer parcerias com outros municípios para garantir o atendimento pleno de sua população, para procedimentos de complexidade que estejam acima daqueles que pode oferecer.

### História do sistema único de saúde (SUS)

As duas últimas décadas foram marcadas por intensas transformações no sistema de saúde brasileiro, intimamente relacionadas com as mudanças ocorridas no âmbito político-institucional. Simultaneamente ao processo de redemocratização iniciado nos anos 80, o país passou por grave crise na área econômico-financeira.

No início da década de 80, procurou-se consolidar o processo de expansão da cobertura assistencial iniciado na segunda metade dos anos 70, em atendimento às proposições formuladas pela OMS na Conferência de Alma-Ata (1978), que preconizava “Saúde para Todos no Ano 2000”, principalmente por meio da Atenção Primária à Saúde.

Nessa mesma época, começa o Movimento da Reforma Sanitária Brasileira, constituído inicialmente por uma parcela da intelectualidade universitária e dos profissionais da área da saúde. Posteriormente, incorporaram-se ao movimento outros segmentos da sociedade, como centrais sindicais, movimentos populares de saúde e alguns parlamentares.

As proposições desse movimento, iniciado em pleno regime autoritário da ditadura militar, eram dirigidas basicamente à construção de uma nova política de saúde efetivamente democrática, considerando a descentralização, universalização e unificação como elementos essenciais para a reforma do setor.

Várias foram as propostas de implantação de uma rede de serviços voltada para a atenção primária à saúde, com hierarquização, descentralização e universalização, iniciando-se já a partir do Programa de Interiorização das Ações de Saúde e Saneamento (PIASS), em 1976.

Em 1980, foi criado o Programa Nacional de Serviços Básicos de Saúde (PREV-SAÚDE) - que, na realidade, nunca saiu do papel -, logo seguida pelo plano do Conselho Nacional de Administração da Saúde Previdenciária (CONASP), em 1982 a partir do qual foi implementada a política de Ações Integradas de Saúde (AIS), em 1983. Essas constituíram uma estratégia de extrema importância para o processo de descentralização da saúde.

A 8ª Conferência Nacional da Saúde, realizada em março de 1986, considerada um marco histórico, consagra os princípios preconizados pelo Movimento da Reforma Sanitária.

Em 1987 é implementado o Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (SUDS), como uma consolidação das Ações Integradas de Saúde (AIS), que adota como diretrizes a universalização e a equidade no acesso aos serviços, à integralidade dos cuidados, a regionalização dos serviços de saúde e implementação de distritos sanitários, a descentralização das ações de saúde, o desenvolvimento de instituições colegiadas gestoras e o desenvolvimento de uma política de recursos humanos.

O capítulo dedicado à saúde na nova Constituição Federal, promulgada em outubro de 1988, retrata o resultado de todo o processo desenvolvido ao longo dessas duas décadas, criando o Sistema Único de Saúde (SUS) e determinando que “a saúde é direito de todos e dever do Estado” (art. 196).

Entre outros, a Constituição prevê o acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde, com regionalização e hierarquização, descentralização com direção única em cada esfera de governo, participação da comunidade e atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais.

A Lei nº 8.080, promulgada em 1990, operacionaliza as disposições constitucionais. São atribuições do SUS em seus três níveis de governo, além de outras, “ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde” (CF, art. 200, inciso III).

### Princípios do SUS

São conceitos que orientam o SUS, previstos no artigo 198 da Constituição Federal de 1988 e no artigo 7º do Capítulo II da Lei n.º 8.080/1990. Os principais são:

**Universalidade:** significa que o SUS deve atender a todos, sem distinções ou restrições, oferecendo toda a atenção necessária, sem qualquer custo;

**Integralidade:** o SUS deve oferecer a atenção necessária à saúde da população, promovendo ações contínuas de prevenção e tratamento aos indivíduos e às comunidades, em quaisquer níveis de complexidade;

**Equidade:** o SUS deve disponibilizar recursos e serviços com justiça, de acordo com as necessidades de cada um, canalizando maior atenção aos que mais necessitam;

**Participação social:** é um direito e um dever da sociedade participar das gestões públicas em geral e da saúde pública em particular; é dever do Poder Público garantir as condições para essa participação, assegurando a gestão comunitária do SUS; e

**Descentralização:** é o processo de transferência de responsabilidades de gestão para os municípios, atendendo às determinações constitucionais e legais que embasam o SUS, definidor de atribuições comuns e competências específicas à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios.

### Principais leis

**Constituição Federal de 1988:** Estabelece que “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para sua promoção, proteção e recuperação”. Determina ao Poder Público sua “regulamentação, fiscalização e controle”, que as ações e os serviços da saúde “integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único”; define suas diretrizes, atribuições, fontes de financiamento e, ainda, como deve se dar a participação da iniciativa privada.

**Lei Orgânica da Saúde (LOS), Lei n.º 8.080/1990:** Regulamenta, em todo o território nacional, as ações do SUS, estabelece as diretrizes para seu gerenciamento e descentralização e detalha as competências de cada esfera governamental. Enfatiza a descentralização político-administrativa, por meio da municipalização dos serviços e das ações de saúde, com redistribuição de poder, competências e recursos, em direção aos municípios. Determina como competência do SUS a definição de critérios, valores e qualidade dos serviços. Trata da gestão financeira; define o Plano Municipal de Saúde como base das atividades e da programação de cada nível de direção do SUS e garante a gratuidade das ações e dos serviços nos atendimentos públicos e privados contratados e conveniados.

**Lei n.º 8.142/1990:** Dispõe sobre o papel e a participação das comunidades na gestão do SUS, sobre as transferências de recursos financeiros entre União, estados, Distrito Federal e municípios na área da saúde e dá outras providências.

Institui as instâncias colegiadas e os instrumentos de participação social em cada esfera de governo.

### **Responsabilização Sanitária**

Desenvolver responsabilização sanitária é estabelecer claramente as atribuições de cada uma das esferas de gestão da saúde pública, assim como dos serviços e das equipes que compõem o SUS, possibilitando melhor planejamento, acompanhamento e complementaridade das ações e dos serviços. Os prefeitos, ao assumir suas responsabilidades, devem estimular a responsabilização junto aos gerentes e equipes, no âmbito municipal, e participar do processo de pactuação, no âmbito regional.

#### **Responsabilização Macrossanitária**

O gestor municipal, para assegurar o direito à saúde de seus municípios, deve assumir a responsabilidade pelos resultados, buscando reduzir os riscos, a mortalidade e as doenças evitáveis, a exemplo da mortalidade materna e infantil, da hanseníase e da tuberculose. Para isso, tem de se responsabilizar pela oferta de ações e serviços que promovam e protejam a saúde das pessoas, previnam as doenças e os agravos e recuperem os doentes. A atenção básica à saúde, por reunir esses três componentes, coloca-se como responsabilidade primeira e intransferível a todos os gestores. O cumprimento dessas responsabilidades exige que assumam as atribuições de gestão, incluindo:

- execução dos serviços públicos de responsabilidade municipal;
- destinação de recursos do orçamento municipal e utilização do conjunto de recursos da saúde, com base em prioridades definidas no Plano Municipal de Saúde;
- planejamento, organização, coordenação, controle e avaliação das ações e dos serviços de saúde sob gestão municipal; e
- participação no processo de integração ao SUS, em âmbito regional e estadual, para assegurar a seus cidadãos o acesso a serviços de maior complexidade, não disponíveis no município.

#### **Responsabilização Microssanitária**

É determinante que cada serviço de saúde conheça o território sob sua responsabilidade. Para isso, as unidades da rede básica devem estabelecer uma relação de compromisso com a população a ela adstrita e cada equipe de referência deve ter sólidos vínculos terapêuticos com os pacientes e seus familiares, proporcionando-lhes abordagem integral e mobilização dos recursos e apoios necessários à recuperação de cada pessoa. A alta só deve ocorrer quando da transferência do paciente a outra equipe (da rede básica ou de outra área especializada) e o tempo de espera para essa transferência não pode representar uma interrupção do atendimento: a equipe de referência deve prosseguir com o projeto terapêutico, interferindo, inclusive, nos critérios de acesso.

#### **Instâncias de Pactuação**

São espaços intergovernamentais, políticos e técnicos onde ocorrem o planejamento, a negociação e a implementação das políticas de saúde pública. As decisões se dão por consenso (e não por votação), estimulando o debate e a negociação entre as partes.

**Comissão Intergestores Tripartite (CIT):** Atua na direção nacional do SUS, formada por composição paritária de 15 membros, sendo cinco indicados pelo Ministério da Saúde, cinco pelo Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde (Conass) e cinco pelo Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (Conasems). A representação de estados e municípios nessa Comissão é, portanto regional: um representante para cada uma das cinco regiões existentes no País.

**Comissões Intergestores Bipartites (CIB):** São constituídas paritariamente por representantes do governo estadual, indicados pelo Secretário de Estado da Saúde, e dos secretários municipais de saúde, indicados pelo órgão de representação do conjunto dos municípios do Estado, em geral denominado Conselho de Secretários Municipais de Saúde (Cosems). Os secretários municipais de Saúde costumam debater entre si os temas estratégicos antes de apresentarem suas posições na CIB. Os Cosems são também instâncias de articulação política entre gestores municipais de saúde, sendo de extrema importância a participação dos gestores locais nesse espaço.

**Espaços regionais:** A implementação de espaços regionais de pactuação, envolvendo os gestores municipais e estaduais, é uma necessidade para o aperfeiçoamento do SUS. Os espaços regionais devem-se organizar a partir das necessidades e das afinidades específicas em saúde existentes nas regiões.

#### **Descentralização**

O princípio de descentralização que norteia o SUS se dá, especialmente, pela transferência de responsabilidades e recursos para a esfera municipal, estimulando novas competências e capacidades político-institucionais dos gestores locais, além de meios adequados à gestão de redes assistenciais de caráter regional e macrorregional, permitindo o acesso, a integralidade da atenção e a racionalização de recursos. Os estados e a União devem contribuir para a descentralização do SUS, fornecendo cooperação técnica e financeira para o processo de municipalização.

**Regionalização: consensos e estratégias** - As ações e os serviços de saúde não podem ser estruturados apenas na escala dos municípios. Existem no Brasil milhares de pequenas municipalidades que não possuem em seus territórios condições de oferecer serviços de alta e média complexidade; por outro lado, existem municípios que apresentam serviços de referência, tornando-se polos regionais que garantem o atendimento da sua população e de municípios vizinhos. Em áreas de divisas interestaduais, são frequentes os intercâmbios de serviços entre cidades próximas, mas de estados diferentes. Por isso mesmo, a construção de consensos e estratégias regionais é uma solução fundamental, que permitirá ao SUS superar as restrições de acesso, ampliando a capacidade de atendimento e o processo de descentralização.

**O Sistema Hierarquizado e Descentralizado:** As ações e serviços de saúde de menor grau de complexidade são colocadas à disposição do usuário em unidades de saúde localizadas próximas de seu domicílio. As ações especializadas ou de maior grau de complexidade são alcançadas por meio de mecanismos de referência, organizados pelos gestores nas três esferas de governo. Por exemplo: O usuário é atendido de forma descentralizada, no âmbito do município ou bairro em que reside. Na hipótese de precisar ser atendido com um problema de saúde mais complexo, ele é referenciado, isto é, encaminhado para o atendimento em uma instância do SUS mais elevada, especializada. Quando o problema é mais simples, o cidadão pode ser contrarreferenciado, isto é, conduzido para um atendimento em um nível mais primário.

#### **Plano de saúde fixa diretriz e metas à saúde municipal**

É responsabilidade do gestor municipal desenvolver o processo de planejamento, programação e avaliação da saúde local, de modo a atender as necessidades da população de seu município com eficiência e efetividade. O Plano Municipal de Saúde (PMS) deve orientar as ações na área, incluindo o orçamento para a sua execução.